



O tema da renda básica pautou mais uma vez nossa atuação parlamentar em 2021. Em fevereiro, apresentamos um projeto de indicação que institui no estado um programa voltado para famílias vulneráveis. (Foto: Junior Pio/AL)

sumário

EDITORIAL CONTROL CONT	5
CULTURA CONTRACTOR CON	7
DIREITOS HUMANOS E	11
EDUCAÇÃO E	19
MEIO AMBIENTE	23
SAÚDE	29
TRABALHO E RENDA	35
INICIATIVAS	3 9
VIAGENS	5
TRANSPARÊNCIA	53
EM FAZ O MANDATO	55



Política econômica desastrosa de Paulo e Guedes aprofundou a crise social com mais inflação e mais desemprego

editorial

2021 foi um ano difícil, um calendário de transições incompletas. Um ciclo que se encerrou e que, no entanto, ainda não passará. Estamos enfrentando a pandemia causada pela COVID-19, mas ela ainda não passou. Estamos enfrentando o bolsonarismo, cada vez mais restrito a uma bolha de fascistas fanáticos, mas que ainda não passou. Estamos enfrentando a fome e a miséria que voltaram a assolar o povo brasileiro e elas ainda não passaram. Longe disso...

Por força da pandemia, passamos boa parte do ano atuando de forma remota, na virtualidade das redes sociais. Mas mesmo tão longe fisicamente uns dos outros, articulamos forças, ideias e esperanças nos embates cotidianos contra o autoritarismo, contra o negacionismo, contra o governo de morte de Bolsonaro. Nos últimos meses, graças à vacinação, a vida começou a voltar ao normal e nossos caminhos voltaram a se cruzar, olho no olho, com mãos dadas, fazendo o bom combate em manifestações nas ruas, viagens, audiências públicas, debates no plenário e nos grandes atos em defesa da vida e da democracia.

O combustível de 2021 foi a resistência. Esse tem sido nosso motor ao longo dos anos de mandato na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Neste sétimo ano de atuação parlamentar, reafirmamos nossas lutas: a luta em defesa do meio ambiente. dos povos tradicionais, da agroecologia, da saúde, da educação, da cultura, da democracia, das infâncias, adolescências e juventudes, do serviço público, da assistência social, dos direitos humanos. Mas também agregamos novos horizontes de atuação: lutamos pela vacina, tão sabotada pelo governo Bolsonaro: por comida na mesa, que a infâmia do projeto ultraneoliberal de Paulo Guedes tirou do povo brasileiro; e por renda mínima, que se traduz em dignidade para tantos irmãos e irmãs cearenses que sofrem na avalanche do desemprego e da falta de perspectivas.

Neste volume, você vai encontrar um resumo da nossa atuação em 2021. Dividimos os capítulos por tema como forma de dar mais organicidade à leitura. Assim, você vai encontrar as principais ações do mandato nas áreas de saúde; educação; direitos humanos; meio ambiente; trabalho e renda; cultura. Também fazemos uma prestação de conta dos recursos públicos utilizados por nossos mandato e um balanço das viagens e eventos realizados e das proposições legislativas apresentadas.

2021 já renasceu como 2022. E a vida continua a exigir de nós, mais do que nunca, coragem. Não abriremos mão da esperança e da alegria de estarmos juntos. Elas correm juntas, são irmãs: a coragem, a esperança e a alegria. Seguiremos com nossos sonhos e com essa nossa teimosa mania de ter fé na vida.

Boa leitura!

Concentração da carreata/ bicicleata contra Bolsonaro em Fortaleza (31/01)



cultura

A engenharia simbólica engendrada pelo capital transforma todas as aspirações humanas em mercadoria e tenta destituir nossa experiência de qualquer potência de invenção. Trata-se de um processo de captura da subjetividade que esteriliza afetos e neutraliza instintos, uma lógica mercantilista de aprisionamento do imaginário e do desejo que serve ao controle sobre a vida. Assim, a cultura é uma das mais potentes trincheiras de enfrentamento da domesticação capitalista da existência, um lugar do exercício da política como um processo de (re)invenção de si mesmo, do outro e do mundo.

Nosso mandato tem atuado reivindicando e propondo políticas públicas no campo de cultura que recuperem essa potência de recriação da vida, que resgatem o sentido coletivo da criação de comunidades livres e heterogêneas e que garantam a diversidade e a autonomia, estimulando o empoderamento dos atores sociais. Com isso, procuramos garantir o fortalecimento dos marcos institucionais que vão consolidando as políticas de cultura em políticas de estado, preservar nosso pa-

trimônio histórico e a memória da nossa produção artística, e também dar visibilidade à diversidade de manifestações e circuitos criativos que se espalham pelo estado.

Ao longo dos dois últimos anos, o setor cultural cearense ficou muito fragilizado em função dos efeitos da pandemia de Covid-19. Além das dificuldades decorrentes dos períodos de quarentena e isolamento social, em julho de 2021, a classe artística sofreu um duro golpe: a Secretaria da Cultura do Estado do Ceará (Secult) chegou a cancelar três editais lançados em 2019 e 2020 após resolução do Tribunal de Contas do Estado. A revogação das chamadas atingiu 160 projetos habilitados do XIV Edital Ceará de Cinema e Vídeo, quase 300 classificados do XII Edital Ceará de Incentivo às Artes e 36 classificados do Edital Cultura Infância 2020.

Esse cancelamento revelou a urgência do debate sobre a revisão e o aperfeiçoamento das bases legais da cultura em nosso estado. Pensando nisso, a Assembleia Legislativa constituiu uma Frente Parlamentar em Defesa da Cultura. O requerimento de criação da Frente foi de nossa autoria e foi subscrito pelo então deputado Guilherme Sampaio (PT), que presidiu o colegiado em seus primeiros meses de atuação - hoje, a presidência está com o nosso mandato. A criação da frente foi uma demanda dos artistas, trabalhadores de cultura e produtores. A resolução do TCE que questionou a base jurídica dos editais não considerou as especificidades da produção cultural, que não pode ser tratada com os mesmos instrumentos de controle de outros setores. O Estado precisa saber que a Cultura tem singularidades que demandam marcos institucionais e legais específicos.

Apesar das dificuldades, o ano de 2021 também foi um ano de celebração. Através de dois projetos de lei apresentados por nosso mandato, o Ceará prestou uma justa homenagem a dois grandes nomes da nossa cultura e das nossas artes: o professor Gilmar de Carvalho e a maestrina Izaíra de Silvino. O primeiro projeto (PL 397/2021), apresentado em coautoria com o deputado estadual Guilherme Sampaio, denomina de Professor Gilmar de Carva-

Iho o Museu de Arte Popular dos Mestres e Mestras da Cultura do Ceará. Já a segunda proposição (PL 425/2021) passa a chamar o foyer do Theatro José de Alencar (TJA) de Sala Izaíra Silvino. Os projetos foram aprovados pela AL e já viraram leis sancionadas pelo governador Camilo Santana.



Reunião da Frente Parlamentar da Cultura com secretário Fabiano Piúba e artistas (30/10)

GASTRONOMIA



Em julho (13.7), participamos de reunião da Comissão de Cultura e Esportes que reuniu representantes de secretarias estaduais, instituições públicas, universidades, movimentos sociais, comunidades tradicionais e ONGs para debater o projeto de lei que instituía o Programa Estadual da Gastronomia e da Cultura Alimentar e criava o Programa Ceará Gastronomia, ambos já aprovados. (Foto: Divulgação)

MEMÓRIA



Através de leis de nossa autoria, os professores Gilmar de Carvalho e Izaíra Silvino receberam homenagens e passaram a denominar importantes equipamentos culturais do Estado. O primeiro, no Museu de Arte Popular dos Mestres e Mestras da Cultura do Ceará. Já Izaíra, no foyer do Theatro José de Alencar (TJA).

ARTICULAÇÃO



A Frente Parlamentar da Cultura foi instalada durante uma solenidade no Theatro José de Alencar (19/10). O Colegiado tem entre seus objetivos o debate sobre a atualização do marco legal da cultura do Estado do Ceará e a consolidação da criação das políticas públicas de cultura e seu respectivo financiamento.

directos humanos

A solidariedade é amor e humanismo em ação. Esse foi o mote da edição 2021 do prêmio Frei Tito de Alencar de Direitos Humanos, entregue no dia 10 dezembro a entidades e coletivos que se constituíram como redes de apoio e solidariedade a pessoas vulneráveis ou que enfrentaram grandes dificuldades durante a pandemia da COVID-19 no Ceará.

Entre os nomes premiados estavam iniciativas que se dedicaram a trabalhar com transferência de renda, produção e distribuição de alimentos, apoio a pessoas sem teto, apoio a profissionais diretamente impactados pela crise sanitária (como artistas, autônomos, pequenos comerciantes), entre outras.

Diante de índices alarmantes de desemprego e pobreza, as campanhas solidárias realizadas por movimentos de base alcançaram a população mais vulnerável suprindo necessidades básicas, como alimentação e renda mínima. E essas iniciativas mostraram a potência da auto-organização e ação coletiva das periferias como meio de enfrentamento aos impactos de um modelo econômico e ambiental que desafia o futuro da humanidade.

Fortalecer a solidariedade, portanto, foi um dos pilares da atuação do nosso mandato em 2021. A solidariedade não como mero gesto de "caridade", mas como afirmação de um compromisso humanista e amoroso ao outro, o que passa, em termos da atuação parlamentar, pelo fortalecimento das políticas públicas e pela apresentação de propostas voltada à garantia de direitos: à saúde, à assistência, à educação, ao trabalho e, sobretudo, à vida.

Espaços como a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania (CDHC), que presidimos por mais um ano, e órgãos a ela vinculados, como o Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar e o Comitê de Prevenção e Combate à Violência abrigaram muito dessa luta. Tudo feito em articulação com a sociedade civil por meio de redes, coletivos, entidades, comunidades, movimentos sociais, instituições de pesquisa e de representação profissional, além da atuação constante em parceria com conselhos de direitos estaduais e municipais e com outras comissões de direitos humanos.

Em 2021, nosso mandato reafirmou o compromisso com a defesa intransigente da dignidade humana e com a luta pela garantia de direitos básicos dos grupos historicamente vulneráveis. A realidade de violações de direitos humanos em nosso Estado demanda do Legislativo a proposição de leis e mecanismos necessários para a sua proteção bem como a avaliação das políticas públicas nesse campo.





Entrega do prêmio Freito Tito de Direitos Humanos (10/12): homenagem a entidades e coletivos que se constituíram como redes de solidariedade durante a pandemia de Covid-19.

COMISSÃO



Em reunião entre fóruns e entidades de defesa dos direitos humanos e o novo presidente da Assembleia Legislativa deputado Evandro Leitão (PDT) (27.01), organizações sociais foram ao parlamento estadual manifestar apoio à recondução de Renato à presidência da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania (CDHC) da Casa.

(Foto: Felipe Araújo)

LEI MARIELLE FRANCO



Por meio da lei 17.502/21, de nossa autoria, o dia 14 de março no Ceará passa a ser o "Dia Marielle Franco", data escolhida para lembrar das violências políticas sofridas por mulheres no Estado. A lei tem o objetivo de dar visibilidade acerca dos variados tipos de agressões sofridas pelas mulheres no exercício da política, para conscientizar a população da importância em impedir que essas situações se repitam. (Foto: Divulgação)

MORADIA



Reunião com o prefeito José Sarto (PDT) (4.2) tratou sobre a situação das 85 famílias que moram na Ocupação Carlos Marighella, localizada no bairro Mondubim. Dois dias antes, as casas provisórias dos moradores, localizadas no terreno já desafetado pela Prefeitura, haviam sido alvo de ação truculenta da Agência de Fiscalização de Fortaleza (Agefis). (Foto: Evelyn Barreto)

DESPEJOS



O tema dos despejos mobilizou grandes esforços do nosso mandato ao longo de 2021. Tanto no acompanhamento da ADPF 828, ajuizada por nosso partido no STF e que suspendeu os despejos durante a pandemia; quanto na proposição do projeto de lei 123/2021, que suspendia no estado, durante a emergência sanitária, todos os mandados de reintegração de posse, imissão na posse, despejos e remoções judiciais ou extrajudiciais. (Foto: Agência Brasil)

INTERLOCUÇÃO NACIONAL



A escalada golpista de Bolsonaro contra a democracia, os direitos humanos e seus defensores foi pauta de uma live realizada no dia 12 de março e que contou com a presença das deputadas estaduais Andreia de Jesus (PSOL-MG); Dani Monteiro (PSOL-RJ); e Carol Vergolino, do Coletivo Juntas (PSOL-PE); além da vereadora de Fortaleza Adriana Gerônimo, da Mandata Nossa Cara (PSOL-CE). Assim como Renato na AL, as convidadas estão à frente das Comissão de Direitos Humanos dos seus respectivos parlamentos. (Foto: Divulgação)

FORMAÇÃO CONTINUADA



Em sete anos de atuação na Assembleia Legislativa, nosso mandato sempre pautou iniciativas e projetos relacionados à atuação dos profissionais de segurança pública, contemplando a luta contra o assédio moral, a busca por melhores condições de trabalho e o desenvolvimento de programas de atenção psicossocial. Em 2021, conseguimos aprovar uma proposta (emenda à mensagem 59/21 do governo do Estado) que garante a formação e a capacitação continuada de profissionais da área da segurança pública. (Foto: Divulgação)

DEFENSORIA



Em maio (19), foi comemorado o Dia da Defensora e do Defensor Público. Em alusão à data, foi realizada uma sessão solene na Assembleia Legislativa, requerida por Renato e outros parlamentares, para homenagear esses servidores que garantem o acesso à justiça da população mais vulnerável. O evento contou com a presença da defensora pública Geral do Estado do Ceará, Elizabeth Chagas; e da defensora pública e presidenta da Associação das Defensoras e dos Defensores Públicos do Ceará (Adpec), Andréa Coelho.

FAZENDINHA



Na tarde de 8 de junho, Renato esteve na Ocupação Fazendinha, no bairro Cambeba, em Fortaleza. O parlamentar foi prestar solidariedade e apoio às 237 famílias que moram no local. Uma semana antes, os moradores foram ameaçados de despejo por um grupo armado que se dizia representante de uma construtora. Entre o grupo, havia policiais militares à paisana que foram conduzidos à Coordenadoria de Polícia Judiciária Militar (CPJM) por violação da atividade policial. (Foto: Divulgação)

ORGULHO LGBTQIA+



No fim de junho, foi comemorado o Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+. Nosso mandato tem atuado junto a essa população com propostas legislativas, debates e audiências públicas. Sempre buscando a promoção de uma vida sem violência, com respeito e dignidade a todas, todos e todes. (Foto: Renato Roseno)

JANAÍNA DUTRA



No início de julho, após a ocupação do Centro de Referência Janaína Dutra, em Fortaleza, integrantes de movimentos LGBTQIA+ conseguiram se reunir com o prefeito José Sarto, que se comprometeu a retormar o funcionamento do equipamento em sua integralidade e executar o orçamento previsto para 2021. (Foto: Divulgação)



educação

"A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele." A frase de Paulo Freire ilumina muito do compromisso do nosso mandato em relação ao papel da educação na vida social. Além da rotina de fiscalização e monitoramento das ações do Executivo, entendemos que nosso papel é o de propor e ajudar a construir um modelo de educação que combine formação humana e proteção social, que ofereça a nossas crianças e adolescentes ferramentas de leitura, compreensão e, principalmente, de transformação do mundo.

Todo conhecimento deve ser acessível, inclusivo a toda diversidade de indivíduos em suas particularidades físicas e cognitivas; assim como precisa abarcar a totalidade dos perfis sociais, econômicos, raciais, sexuais e de gênero. Nesse sentido, entendemos a escola como elemento fundamental não apenas na efetivação da educação escolar, voltada ao aprendizado das disciplinas curriculares, mas também como instrumento de emancipação, além de espaço integração e proteção social.

Em 2021, as Comissões de Proteção e Prevenção à Violência nas escolas cearenses foi ampliado e redefinido, segundo prevê a Lei 17.253/20, de nossa autoria em parceria com as deputadas Augusta Brito (PCdoB), Patrícia Aguiar (PSD) e Érika Amorim (PSD). Entre outros objetivos, as comissões deverão desenvolver, com a comunidade escolar, planos de prevenção às diversas expressões de violência; bem como realizar momentos permanentes de sensibilização e formação a respeito de temáticas relacionadas à promoção dos direitos da criança e do adolescente e da cultura de paz.

As diretrizes que regulam a implantação dessas comissões foram estabelecidas pela Secretaria de Educação do Estado (Seduc) e o tema pautou encontros e cursos promovidos pelo Ministério Público estadual. A lei aprovada na AL aprimora e atualiza uma lei anterior (Lei 13.230/2002, de autoria do então deputado estadual João Alfredo), que dispõe sobre a criação de comissões de atendimento, notificação e prevenção à violência doméstica contra criança e adolescente nas escolas da rede pública e privada do Estado.

A lei anterior foi fundamental para a visibilidade da violência contra a criança e o adolescente no Estado, significando uma quebra de paradigma na atuação do Sistema de Garantia de Direitos. Isso permitiu, por exemplo, incluir no processo educacional o debate sobre a importância da obrigatoriedade do cumprimento a toda legislação vigente quanto à notificação dos casos de violência contra a criança e o adolescente. No entanto, o atual momento do país e os novos formatos de violência que implicam diretamente o ambiente escolar impõem a atualização de alguns aspectos da lei antiga.

No contexto da pandemia, um dos temas que mais mobilizaram nossas energias em 2021 foi o retorno às aulas presenciais. Em maio, o Conselho Estadual dos Direitos Humanos e demais entidades ligadas à área da educação realizaram visitas a 42 escolas da rede municipal de Fortaleza com o objetivo de avaliar as condições de infraestrutura, acessibilidade, acesso à água, ventilação, dentre outras, exigidas pelo protocolo sanitário do governo estadual. Diante da autorização para a volta do ensino

presencial, a preocupação era saber se as escolas municipais cumpriam requisitos indispensáveis para garantir a segurança sanitária de estudantes e profissionais da Educação. O resultado das visitas mostrou as precárias condições estruturais de muitas das nossas escolas e gerou o "Relatório de Monitoramento das Escolas Públicas da Rede Municipal de Fortaleza", lançado em julho.

Outro destaque na área de educação ao longo do ano foi a aprovação do nosso projeto de lei 568/21, que institui no calendário oficial do Estado a campanha "Outubro Lilás", que trata da promoção e valorização da saúde mental de professores e profissionais da educação. O projeto foi sancionado pelo governador e virou a lei 17.909/22. Assim, durante o "Outubro Lilás", serão fomentadas a criação e o fortalecimento de ambientes seguros de acolhimento solidário (ASAS) voltados ao cuidado da saúde mental de profissionais da educação, mediante a realização de palestras, momentos de sensibilização, debates e eventos relacionados à temática.

ESCOLAS



O ano começou com a definição, por parte da Secretaria de Educação, das diretrizes para a implantação das Comissões de Proteção e Prevenção à Violência contra crianças e adolescentes nas escolas públicas e privadas do Ceará. A lei 17.253/20, de nossa autoria, redefiniu as atribuições desses colegiados nas instituições de ensino.

(Foto: Divulgação/Seduc)

CONFERÊNCIA



Durante evento virtual realizado no dia 5 de maio, a Assembleia Legislativa promoveu audiência pública para lançar a etapa estadual da Conferência Nacional Popular de Educação (Conape), que acontecerá em 2022. O debate de lançamento foi realizado pelas Comissões de Educação e de Direitos Humanos e Cidadania da AL, e contou com a participação de mais de 20 organizações e quase 240 inscritos de 62 municípios. (Foto: Divulgação/AL)

TEMPORÁRIOS



Em junho (24), recebemos um grupo de professores temporários da rede estadual de ensino das escolas públicas do Ceará. Esses profissionais estão cobrando celeridade por parte do governo do Estado no processo de seleção pública para contratação de novos docentes. (Foto: Divulgação)

RELATÓRIO



Em maio, o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos do Ceará (CEDDH) realizou vistoria em 42 escolas da rede municipal de Fortaleza com o objetivo de avaliar as condições para o retorno das aulas presenciais exigidas pelo protocolo sanitário do governo estadual. Divulgado em julho, o relatório das inspeções apontava para falta de infraestrutura, de ventilação, de acessibilidade e até dificuldade de acesso à água. (Foto: Divulgação)

meio ambiente

O ano de 2021 marcou o recrudescimento da emergência climática. As expectativas para a Conferência do Clima das Nações Unidas na Escócia - a COP26 -, realizada em setembro, eram grandes. Mas foram, em grande medida, frustradas. O que era visto como um marco da revisão do nosso padrão civilizatório, uma grande oportunidade para se definir ações concretas que levariam o mundo a conter as mudanças climáticas que ameaçam a vida no planeta, acabou gerando apenas documentos protocolares que deixaram a desejar em termos de ambição e de efetividade.

Também deixou (muito) a desejar a postura do governo Camilo em assumir compromissos efetivos com a revisão do modelo econômico e energético adotado no Estado. Esse modelo, de matriz "mudancista", neoliberal, iniciado ainda nos anos 1980, segue aprofundando a desigualdade e a pobreza, ao mesmo tempo em que contribui para o aquecimento global. Exemplo disso são os grandes empreendimentos movidos a carvão e consumidores de gigantescas quantidades de água, caso da ter-

melétrica e da siderúrgica do Pecém, entre outros. Sem falar na questão nuclear em torno da mina de Itataia, que ameaça voltar a funcionar no sertão de Santa Quitéria, trazendo grande preocupação para aquela população em função dos enormes riscos ambientais e sanitários.

Nosso mandato vem acompanhando essas questões procurando denunciar o equívoco na manutenção desse modelo poluidor e segregador; e também apresentando propostas concretas. Uma delas foi Projeto de Lei (PL) 399/2021 que determina o reconhecimento do estado de emergência climática no Estado do Ceará e propõe um plano de enfrentamento à crise ambiental. A proposta não apenas reconhece a grave emergência climática, como também define que o estado deverá adotar todos os esforcos cabíveis sobre o tema. Priorizando, sobretudo, a realização da transição para matrizes energéticas socioambientalmente sustentáveis e neutras em emissões de gases de efeito estufa. Além disso, o PL define também que o poder executivo estadual deve elaborar um Plano Estadual de



Acampamento Zé Maria do Tomé, em Limoeiro do Norte: campanha #ChuvaDeVenenoNuncaMais pressiona o STF na defesa da lei que proíbe a pulverização aérea de agrotóxicos no CE (Foto: Divulgação/Defensoria Pública do Ceará)

Enfrentamento à Emergência Climática, delineando metas quinquenais até 2050.

Por falar em modelo poluente e excludente, em 2021, representantes do agronegócio formaram uma frente de batalha contra a Lei Zé Maria do Tomé, de nossa autoria e que, desde 2019, proíbe a pulverização aérea de agrotóxicos no Ceará. Resistindo a essas investidas do grande capital, que incluem disseminação de notícias falsas e mobilização de colunistas "parceiros" da poluição e da morte, tudo com o objetivo de distorcer fatos e

confundir a opinião pública, foi criada a campanha #ChuvaDeVenenoNuncaMais, que divulga informações sobre a importância da lei e tenta pressionar o STF a derrubar a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) no. 6137, ajuizada pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA). Muitas vozes se incorporaram à campanha, inclusive celebridades do mundo do cinema e da música, como forma de reivindicar a manutenção da lei, que protege o meio ambiente e as comunidades rurais da chuva de agrotóxicos decorrente da pulverização aérea.

PULVERIZAÇÃO AÉREA



Live no Instagram (18.01) comemorou os dois anos da Lei Zé Maria do Tomé, que proíbe a pulverização aérea de agrotóxicos nas plantações do Ceará. Ao longo de 2021, a lei seria alvo de uma grande ofensiva por parte do agronegócio que quer reabilitar as chuvas de veneno no Estado. (Foto: Divulgação)

NÃO À ISENÇÃO AOS AGROTÓXICOS



A isenção tributária para agrotóxicos é um incentivo questionável sob todos os pontos de vista: econômico, ambiental, sanitário e ético. Nosso mandato vem mantendo uma luta muito grande pela tributação desses produtos. Fizemos essas críticas à titular da Secretaria da Fazenda do Ceará (Sefaz), Fernanda Pacobahyba, durante audiência pública da Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação, realizada no dia 1 de março. (Foto: Divulgação AL)

LAGO DE FRONTEIRA



No início de agosto, a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania (CDHC) debateu a obra do açude público Lago de Fronteiras, construído sob a tutela do Departamento Nacional de Obras contra a Seca (Dnocs) sobre o rio Poti, em Crateús, bem como os conflitos socioambientais gerados pela construção desde 2019. O barramento irá afetar diretamente três distritos (Assis, Poti e Curral Velho), uma comunidade urbana (Cabaças) e mais 39 localidades rurais. (Foto: Divulgação)

BICICLETAS



O Metrofor deverá incentivar e facilitar a integração entre diferentes meios de locomoção de passageiros, inclusive com o sistema cicloviário. É o que prevê uma emenda apresentada pelo deputado estadual Renato Roseno (PSOL) e aprovada pela Assembleia Legislativa (6.5). A proposta foi inserida no texto de uma mensagem do Governo do Estado que trata da concessão de subsídio tarifário no serviço público do transporte de passageiros explorados pelo Metrofor. (Foto: Divulgação)

MINERAÇÃO



Localizada no semiárido cearense, a cidade de Santa Quitéria se vê novamente ameaçada com a possibilidade de retomada das atividades de extração de fósforo e urânio na mina de Itataia. Para discutir e denunciar os riscos ambientais, sociais e sanitários do projeto, realizamos uma live no dia 1 de março com o integrante da Coordenação Nacional do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) e membro da Articulação Antinuclear do Ceará (AACE), Erivan Silva; e o professor, agricultor e coordenador do grupo de jovens Sementes do Sertão, Luis Paulo Sousa. (Foto: Divulgação)





A área da saúde sempre foi uma das prioridades do nosso mandato. Sempre pautamos nossa atuação compreendendo que a conjuntura política e o conjunto dos marcadores sociais da diferença - como a pobreza, as diversas formas de violência, a desigualdade de gênero, a vulnerabilidade social, econômica e política, a heteronormatividade compulsória e as questões de gênero, raça e classe - aprofundam as desigualdades sociais em saúde.

A pandemia, suas causas e seus diversos desdobramentos - não apenas sanitários, mas também ambientais e sociais - fizeram recrudescer essas desigualdades. É assim que, no nosso entendimento, quando falamos em "superar" a pandemia, pensamos em superar todo um conjunto mais amplo de valores que se entrecruzam no drama sanitário da Covid: o negacionismo, o neofascismo, a agenda ultraneoliberal, o subfinanciamento do setor, o pensamento conservador. No lugar desses valores, propomos ações, debates e projetos que apontem para a responsabilidade, a solidariedade, a construção coletiva e em parceria com os movimentos sociais em

saúde e a proteção das populações mais vulneráveis.

Nossa geração foi atravessada por uma crise de caráter planetário que não atingiu a todos da mesma maneira. O atual modelo de sociedade, baseado no acúmulo de riquezas e consumismo desenfreado, provocou uma crise sanitária, social, econômica, política e ambiental que reverbera de formas diferentes no mundo por conta da desigualdade, que ficou ainda mais escancarada. Desigualdade não apenas de renda, mas de acesso, poder e condições de vida. E não bastasse toda a gravidade do contexto, o povo brasileiro ainda teve a dificuldade de ter na presidência um genocida que, desde o início da pandemia, se revelou verdadeiro aliado do vírus, do sofrimento e da morte, sabotando a vacina e contingenciando recursos públicos imprescindíveis ao enfrentamento da pandemia.

No governo Bolsonaro, a fome também voltou a assombrar os brasileiros, o que trouxe à tona o debate sobre a articulação entre saúde e segurança alimentar. Nesse particular, o ano de 2021, com as imagens de pessoas famintas revirando as sobras



Ato nacional por comida e vacina (28/09): enquanto o governo federal esbanja no leite condensado, o povo brasileiro luta contra a fome e o negacionismo

de alimentos nos lixos dos supermercados, serviu para reafirmar que a grande questão no Brasil não é de escalas de produção, mas de sistemas produtivos (monoculturas, largo uso de venenos, transgenia, industrialização e ultra processamento), circulação e distribuição. Dos lucros gerados pela produção, comercialização e consumo de alimentos, a maior fatia é abocanhada por apenas dez corporações mundiais que controlam as definições do que é produzido e o que se come.

Assim, ao longo do ano, temas como os órfãos da Covid, a saúde mental dos trabalhadores da educação, políticas públicas de combate à HIV/AIDS e à tuberculose, vigilância sanitária e segurança alimentar atravessaram nossas ações por meio de projetos de lei, debates e audiências públicas. Não nos esqueçamos: quanto maior e melhor a saúde pública, assim como a educação e a distribuição de renda, melhor será a sociedade.

TRANSPARÊNCIA



Emenda de autoria do nosso mandato ao decreto legislativo 03/2021, votado em 11 de fevereiro, determinou que o Governo do Estado deve dar tansparência a todas as contratações realizadas durante o estado de calamidade pública em decorrência da pandemia da Covid-19. (Foto: Divulgação/AL)

CARIRI



Em fevereiro, todas as cidades do Cariri estavam em nível de alerta "altíssimo" em relação à pandemia da Covid-19. A situação sanitária da região foi um dos temas abordados durante live realizada em 15 de fevereiro, em que Renato recebeu a militante do Grupo de Valorização Negra do Cariri (Grunec), Valéria Carvalho; e a militante do PSOL e da Frente de Mulheres do Cariri, Zuleide Queiroz. (Foto: Divulgação)

CRIMES DE BOLSONARO EM TIANGUÁ



No dia 4 de março, Renato enviou ofício ao MPCE requerendo que o órgão apurasse crimes contra a saúde pública cometidos por autoridades estaduais que acompanharam o presidente Jair Bolsonaro durante viagem a Tianguá. Na petição, Roseno destacou que Bolsonaro descumpriu uma série de medidas de isolamento social decretadas no Estado, desrespeitando inclusive recomendações do Ministério Público Federal (MPF) para que o evento não gerasse aglomerações. (Foto: Junior Pio)

VACINAÇÃO



Em maio (dia 7), a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania (CDHC) e a Comissão de Seguridade Social e Saúde Assembleia Legislativa do Estado realizaram uma audiência pública em formato virtual para discutir sobre o Plano Estadual de Imunização contra a Covid-19 e a vacinação dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social.

COZINHAS POPULARES



Em junho (dia 9), Renato visitou a Escola de Gastronomia Social Ivens Dias Branco, no Bairro Castelo Encantado, em Fortaleza. A visita fez parte de uma interlocução do mandato com a superintendência da Escola e teve o objetivo de conhecer as práticas e trabalhos da unidade para viabilizar o financiamento de construção de cozinhas populares através do Programa de Cooperação Federativa (PCF). (Foto: Divulgação)

ESCÂNDALO DA COVAXIN



No fim de junho, o país ficou estarrecido com o chamado escândalo da Covaxin. Em pronunciamento feito durante a sessão plenária (25.6), Renato repercutiu as denúncias apresentadas pela imprensa segundo as quais os valores contratados pelo Ministério da Saúde para a compra do imunizante tiveram um sobrepreço de 1000% e houve pressão sobre um servidor para favorecer a empresa importadora da vacina. (Foto: Junior Pio/AL)

SEGURANÇA ALIMENTAR



Dados do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece) mostram que, em janeiro de 2022, mais de 44% dos domicílios do estado estavam em condição de insegurança alimentar. Nosso mandato tem enfrentado a questão aprovando emendas orçamentárias para aquisição de alimentos, fomentos a feiras agroecológicas e para financiamento de cozinhas comunitárias na capital e no Interior através de projetos como o Programa de Cooperação Federativa (PCF) e o Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP). (Foto: Divulgação)

CARDÁPIOS



Uma das leis de nossa autoria aprovadas em 2021 foi a lei 17.899/21, que obriga estabelecimentos comerciais que trabalhem com alimentação a informarem em seus cardápios a presença de glúten, lactose e outras substâncias alergênicas. A lei foi apresentada em co-autoria com os deputados Romeu Aldigueri, Elmano de Freitas, Augusta Brito e Evandro Leitão. (Foto: Divulgação/TV Brasil)

trabalho erenda

Bolsonaro transformou a vida do nosso povo em um verdadeiro pesadelo. O saldo dos quatro anos de seu governo é totalmente negativo. Combinando ultraliberalismo econômico, fundamentalismo religioso, conservadorismo moral, corrupção patrimonialista e negacionismo científico, Bolsonaro produziu um Brasil ainda pior. A vida do povo piorou em todos os sentidos, especialmente a dos mais pobres.

Sob o (des)governo Bolsonaro, há uma tragédia econômica em curso: o desemprego explodiu, a inflação saiu de controle e voltou a carestia, que achata os salários e aumenta o preço de alimentos, aluguéis e combustíveis. Além disso, o quadro recente de destruição de direitos sociais e trabalhistas aumentam a exclusão social e lançam milhares de trabalhadores no desalento ou na "economia de bicos". Tudo isso colocou a discussão sobre renda e trabalho no centro do debate nacional.

Como consequência desse movimento de desmonte das políticas e dos direitos do trabalhador, o estado do Ceará como um todo se tornou ainda mais desigual e violento. O número de homicídios entre os jovens segue em patamar alarmante, ainda que boa parte das vítimas não tenha qualquer envolvimento com a criminalidade. Muitos desses jovens até tinham alguma experiência de trabalho, mas seguiam em posição de vulnerabilidade social e sem qualquer tipo de proteção social e trabalhista.

Em relação ao tema da renda e do trabalho, nosso mandato tem denunciado não apenas a destruição dos direitos, mas apresentado propostas e reivindicado ações combinadas entre as políticas de assistência social e de trabalho. Diante dessa grave crise econômica e sanitária que se alastrou nos últimos meses, os programas de transferência de renda devem manter uma relação estreita com a política de inserção progressiva dos trabalhadores desempregados no "mundo do trabalho", para que as medidas de combate à exclusão social sejam mais eficazes.

Logo no início de 2021, um projeto de indicação de nossa autoria instituiu no Ceará um programa de renda básica para famílias em condições de vul-



nerabilidade social. De acordo com a proposta, o benefício mensal será no valor de R\$ 350 e será pago prioritariamente a famílias chefiadas por mulheres com filhos até seis anos e beneficiárias do Programa Bolsa Família. No Ceará, segundo registros do CadÚnico, são 117.811 famílias com esse perfil.

A população cearense precisa de políticas públicas capazes de enfrentar a extrema desigualdade social, distribuindo de forma mais equânime a riqueza social coletivamente produzida pela população, mas sempre apropriada por uma pequena elite egoísta. Atualmente mais de um milhão de famílias vivem com renda mensal per capita de até R\$ 89 no Ceará, o que faz com que o estado ocupe o vergonhoso 21º lugar entre os 27 estados no mapa da pobreza extrema. Ao todo, são mais de três milhões de pessoas nessa situação, ou seja, cerca de um terço da população cearense. Ao mesmo tempo, o estado estima para 2021 uma renúncia fiscal da ordem de R\$ 1,3 bilhões em favor das grandes empresas.

Mais de um milhão de famílias vivem com renda mensal per capita de até R\$ 89 no CE. Somos os 21º estado mais pobre entre os 27 do país

RENDA BÁSICA



Em fevereiro, Renato apresentou projeto de indicação que institui no Ceará um programa de renda básica para famílias vulneráveis. O benefício mensal teria o valor de R\$ 350 e seria pago prioritariamente a famílias chefiadas por mulheres com filhos até seis anos e beneficiárias do Bolsa Família. No Ceará, segundo o CadÚnico, são 117.811 famílias nesse perfil. (Foto: Junior Pio/AL)

ABRIL VERDE



Por meio da lei 17.521/21, de nossa autoria, ficou instituída no calendário oficial do Estado a campanha "Abril Verde", voltada à prevenção de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais. Durante o mês, deverão ser divulgados os direitos assegurados pela Lei 6514/1977, relativos à segurança e medicina do trabalho. (Foto: Agência Brasil)

CONCURSOS PÚBLICOS



O tema dos concursos públicos pautou nossa atuação em 2021. Denunciamos a situação de servidores de órgãos e secretarias como Detran, Seduc, Ematerce, sistema socioeducativo, Semace, Funsaúde, entre outros. Em conversa com a secretária Eliana Estrela (2.9), tratamos da convocação dos concursados da Seduc, incluindo o cadastro de reserva. Emenda de nossa autoria aprovada em fevereiro permitiu que candidatos aprovados dentro dessas vagas também poderiam ser nomeados durante a pandemia. (Foto: Felipe Araújo)

BPC



Retrocessos e inconstitucionalidades na Lei nº. 14.176/21, que altera regras para concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e regulamenta o auxílio-inclusão, foram denunciados em audiência pública realizada no fim de junho (30/06), pela Comissão de Direitos Humanos e Cidadania (CDHC). (Foto: Divulgação)



INICIATIVAS LEGISLATIVAS (2019-2021): DAS IDEIAS E DOS DEBATES ÀS LEIS

Nossa produção legislativa neste segundo mandato já se estende por dezenas de iniciativas entre projetos de lei, de indicação e de resolução, além de propostas de emendas à Constituição do Ceará. A idéia é traduzir na legislação estadual as idéias, as aspirações e as conquistas daqueles e daquelas que lutam por justiça social e por direitos em nosso estado. Em alguns casos, a própria luta dessas pessoas vira objeto de homenagens que também ganham forma de lei. Confira nossas principais iniciativas:

Propostas de Emendas à Constituição (PEC)

01/2019

Transparência das votações no Poder Legislativo. Em tramitação

13/2019

Torna obrigatória a autorização legislativa para concessão de isenções fiscais. Em tramitação

Projetos de Lei

32/2019

Proíbe o uso de canudos plásticos nos estabelecimentos comerciais*.

Aprovado: lei 17.620/2021

*Ainda em nosso primeiro mandato, apresentamos um projeto de lei que proibia o uso de canudos de plásticos nos estabelecimentos comerciais do estado. Neste segundo mandato, apresentamos novo projeto com o mesmo teor, que acabou sendo anexado a uma outra proposta, de autoria do deputado Marcos Sobreira (PDT). Aprovada em plenário, essa iniciativa deu origem à lei 17.620/21.

35/2019

Autorização de assinatura eletrônica em projetos de iniciativa popular.

Em tramitação

41/2019

Proteção de dados pessoais e da privacidade no âmbito da Administração Pública.

Rejeitado

Institui a Política Estadual de Controle de Armas de Fogo.

Aprovado: Lei nº. 16.974/19.

158/2019

Proíbe os postos de combustíveis abastecerem com gás natural veicular veículos que não apresentarem o certificado de segurança veicular para o seu uso. Em tramitação

159/2019

Proíbe a exploração de gases e óleos não convencionais pelos métodos de fraturamento hidráulico. Rejeitado

0160/2019

Assegura o direito ao nome social nos serviços públicos e privados no estado do Ceará.

Aprovado: Lei nº. 16.946/19

0161/2019

Dispõe sobre o sistema de revista de visitantes nos estabelecimentos prisionais do estado do Ceará. Em tramitação

263/2019

Institui o dia 23 de Março como o Dia Estadual da

Literatura Infantil.

Aprovado: Lei nº. 16.916/19

289/2019

Institui no calendário oficial a Semana de Conscientização sobre a Alergia Alimentar.

Aprovado: Lei nº. 16.936/19

317/2019

Veda no Estado do Ceará a comercialização de equipamentos para eletroconvulsoterapia. Em tramitação

<mark>320/2019</mark> 🔮

Institui a data de 18 de maio como Dia Estadual da Luta Antimanicomial.

Aprovado: Lei nº. 16.938/19

371/2019

Título de cidadão cearense ao Padre Marco Passerini. Aprovado: Lei nº. 16.966/19

402/2019

Reconhece a existência, contribuição e o direito dos povos indígenas.

Aprovado: Lei nº. 17.165/20

431/2019 🔮

Redefine e amplia o papel das Comissões de Prote-

ção e Prevenção à Violência nas escolas cearenses*. Aprovado: Lei nº. 17.253/20

*Altera a Lei nº 13.230, de 27 de junho de 2002, de autoria do ex-deputado estadual João Alfredo que criou as comissão de prevenção aos maus tratos.

463/2019

Institui no calendário oficial do Estado do Ceará a Semana Zé Maria do Tomé.

Aprovado: Lei nº. 17.122/19

499/2019

Dispõe sobre a promoção de alimentação saudável e determina a exclusão de alimentos ultraprocessados e açucarados nas escolas públicas e particulares. Em tramitação

515/2019

Altera a lei nº. 16.197, de 17 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a instituição do sistema de cotas nas instituições de ensino superior do Estado do Ceará. Em tramitação

533/2019

Dispõe sobre a garantia da assistência nutricional nas escolas públicas e particulares.

Em tramitação

535/2019

Dispõe sobre a proibição do uso de agrotóxicos à base de neonicotinóides.

Em tramitação

541/2019

Dispõe sobre a instituição do selo "Empresa Amiga da Saúde Mental", no âmbito do Estado do Ceará. Aprovado: Lei nº. 17.309/20

568/2019

Institui o protocolo que disciplina as remoções no Estado do Ceará.

Em tramitação

587/2019

Determina que os veículos de órgão público do Estado do Ceará divulguem, em suas plataformas digitais, dicas e informes sobre cuidados com a saúde mental.

Aprovado: Lei nº. 17.310/20

<mark>591/2019</mark> 📀

Dispõe sobre a obrigatoriedade de bares, hotéis, restaurantes, fastfoods, food-trucks, sorveterias, docerias, delicatesses, padarias e outros estabelecimentos congêneres, que comercializem produtos prontos para consumo imediato, a informarem em



seus cardápios a presença de glúten, lactose, leite, peixe, amêndoas, corantes, castanhas, soja, ovo e crustáceos no âmbito do Estado do Ceará, e dá outras providências.

Aprovado: Lei nº. 17.899/21

645/2019

Veda concessões fiscais nas vendas de agrotóxicos no Estado*

*Acrescenta o art. 9°-E à Lei nº 12.670, de 30 de dezembro de 1996. Em tramitação

64/2020

Institui Programa de Diretrizes de Atenção as Populações mais Vulneráveis em situações de emergências decorrentes de epidemias, no Estado do Ceará e dá outras providências.

Aprovado: Lei nº. 17.212/20

75/2020 (Coautoria)

Dispõe sobre o cancelamento ou remarcação de passagens aéreas, bem como de pacotes de viagens adquiridos no âmbito do Estado do Ceará em razão de pandemia.

Em tramitação

77/2020 (Coautoria)



Dispõe sobre a redução das mensalidades da rede privada de ensino, bem como a proibição da cobrança de juros e multas pela inadimplência das mensalidades durante o plano de contingência do novo coronavírus (Covid-19).

Aprovado: Lei nº. 17.208/20

81/2020

Estipula a reserva de leitos no limite de até 50% nos hospitais privados para pacientes de Covid-19, assim como fila única para internação compulsória de paciente de Covid-19.

Arquivado

98/2020

Suspende os prazos de validade dos concursos públicos já homologados, durante o período emergência decretada por ocasião da pandemia causada pelo Covid-19.

Retirado de pauta

103/2020

Dispõe sobre a instituição da política de proteção dos profissionais de saúde com atuação no atendimento aos pacientes acometidos com o Covid-19. Reieitado

Dispõe sobre o serviço de acolhimento institucional da população em vulnerabilidade social durante a situação de calamidade pública.

Rejeitado

119/2020 (Coautoria)

Dispõe sobre a suspensão temporária dos descontos de empréstimos consignados em folha de pagamento dos militares e servidores públicos estaduais no âmbito do Estado do Ceará.

Rejeitado

156/2020

Estabelece procedimento remoto de informações aos familiares de pessoas internadas com suspeita ou comprovada infecção pelo novo coronavírus em hospitais públicos ou privados no Estado do Ceará. Rejeitado

157/2020

Institui diretrizes sanitárias para o retorno das atividades educacionais presenciais durante a pandemia do novo coronavírus no Estado do Ceará, e dá outras providências.

Rejeitado

<mark>293/2020</mark>

Denomina de "Dom Aloísio Lorscheider" equipa-

mento desportivo-cultural a ser construído no antigo Instituto Penal Olavo Oliveira - IPPOO.

Aprovado

326/2020

Assegura o direito à tradução simultânea para a língua brasileira de sinais de pronunciamentos oficiais de agentes políticos do Estado do Ceará, e dá outras providências.

Em tramitação

350/2020

Considera de utilidade pública a Associação de Assistência Social Catarina Labouré, com sede no município de Fortaleza.

Em tramitação

88/2021 🕝

Institui o 14 de março como Dia Marielle Franco de Enfrentamento à Violência Política contra Mulheres. Aprovado: Lei nº 17.502/2021

111/2021

Dispõe sobre a suspensão do cumprimento de medidas administrativas no âmbito do Estado do Ceará que resultem em despejos, desocupações ou remoções forçadas enquanto perdurar o estado de calamidade pública decorrente da pandemia do novo coronavírus. Em tramitação



Reunião com povo Tremembé e Seduc para discutir convocação de professores para escolas indígenas (06/10)

Dispõe sobre a suspensão do cumprimento de mandados de reintegração de posse e imissão na posse, despejos e remoções judiciais ou extrajudiciais enquanto medida temporária de prevenção ao contágio e de enfrentamento da propagação decorrente do novo coronavírus (Covid-19).

Em tramitação

143/2021

Remissão e anistia dos créditos tributários do IPVA referentes aos fatos geradores do exercício de 2021 relativos aos veículos de propriedade de agentes culturais devidamente cadastrados na plataforma Mapa Cultural do Ceará*

*Adiciona dispositivo à lei n°. 17.387, de 23 de fevereiro de 2021.

Em tramitação

<mark>144/2021</mark> 📀

Institui, no calendário oficial do Estado do Ceará, a campanha "Abril Verde" como mês de prevenção a acidentes de trabalho e doenças ocupacionais.

Aprovado: Lei nº 17.520/2021

177/2021

Dispõe sobre as diretrizes para a política estadual

Reunião com moradores da Raízes da Praia, na Praia do Futuro, e representantes da Prefeitura de Fortaleza para discutir regularização fundiária da comunidade (21/08)



de educação contextualizada para a convivência com o semiárido, e dá outras providências.

Em tramitação

198/2021

Denomina de Professor Gilmar de Carvalho a biblioteca pública do Estado.

Em tramitação

212/2021

Dispõe sobre a proibição da oferta e da celebração, por ligação telefônica, de contrato de empréstimo de qualquer natureza, direcionada a aposentados e pensionistas, no âmbito do estado do Ceará. Em tramitação

335/2021

Institui o dia da Preta Tia Simoa e da Mulher Negra e a Semana Preta Tia Simoa de Combate à Discriminação contra as Mulheres Negras no Estado do Ceará. Aprovado: Lei nº 17.688/21

397/2021

Denomina de Professor Gilmar de Carvalho o Museu de Arte Popular dos Mestres e Mestras da Cultura do Ceará.

Aprovado: Lei nº 17.903/21

Reconhece o estado de emergência climática e prevê a criação de políticas para a transição sustentável. Em tramitação

425/2021

Denomina Sala Izaíra Silvino o foyer do Theatro José de Alencar.

Aprovado: Lei nº 17.904/21

444/2021

Adiciona dispositivo à lei nº. 12.554/96, que dispõe sobre a concessão de título de utilidade pública, para instituir isenção do pagamento de publicações no diário oficial do Estado do Ceará.

Em tramitação

445/2021

Cria o "Dossiê Mulher" na forma que especifica e dá providências*.

*Coautoria com dep. Augusta Brito Em tramitação

505/2021

Assegura o direito ao transporte de bicicletas por parte dos usuários nas estações e nos vagões de

metrô e do veículo leve sobre trilhos (VLT) no Estado do Ceará e dá outras providências.

Em tramitação

568/2021

Institui no calendário oficial do Estado do Ceará, a campanha "Outubro Lilás" como mês de promoção e valorização da saúde mental de profissionais da educação. Aprovado: Lei nº 17.909/21

<mark>593/2021</mark> 🕝

Institui o Dia Estadual de Conscientização Sobre a Síndrome de Edwards no calendário oficial do Estado do Ceará.

Aprovado: Lei nº 17.963/21

655/2021

Estabelece normas e critérios básicos de precaução e preservação do solo, do meio ambiente, fauna e flora, proteção e defesa da saúde, mediante combate preventivo e controle da poluição, conservação da natureza e práticas de manejo dos recursos naturais para as presentes e futuras gerações, bem como estabelece restrições à exploração de rocha fosfática com urânio associado e derivados, como especifica*.

*Coautoria do dep. Carlos Felipe Em tramitação

Projetos de Indicação

São propostas feitas ao poder executivo. Uma vez aprovado na Assembleia, o projeto segue para avaliação do governador que pode ou não reenviar a proposta ao parlamento na forma de um projeto de lei.

09/2019

Ampliação do prazo da licença paternidade e regulamentação da licença adotante.

Em tramitação

10/2019

Fornecimento de fraldas descartáveis para portadores de lesão modular.

Aprovado

<mark>11/2019</mark> 📀

Inclusão dos itens "Identidade de Gênero" e "Nome Social" nos BOs e nos TCs.

Aprovado

12/2019

Cria o projeto Professor Diretor de Turma. Em tramitação

13/2019

Extensão da proteção contra assédio moral aos servidores militares.

Em tramitação

<mark>18/2019</mark> 🕝



Aprovado

20/2019

Institui o Programa de Diretrizes de Promoção de Segurança e Saúde no Trabalho de Profissionais de Segurança Pública.

Em tramitação

59/2019

Dispõe sobre a criação do Centro de Memória Frei Tito de Alencar.

Aprovado

60/2019

Assegura salário-maternidade e licença-maternidade na hipótese de adoção.

Aprovado

<mark>382/19</mark> 🐼

Institui o Fundo Estadual em Defesa da Saúde Mental e Combate à Depressão e ao Suicídio - FEDSM/CE e o Conselho Estadual em Defesa da Saúde Mental e Combate à Depressão e ao Suicídio - CEDSM/CE, no âmbito do Estado do Ceará, e dá outras providências. Aprovado

Dispõe sobre o direito de participação sociopolítica de crianças e adolescentes nos espaços de convivência e de construção da cidadania. (CCJR, CIA, CE, CDHC e CTASP).

Aprovado

74/20

Dispõe sobre a criação de memorial em homenagem às vítimas do novo coronavírus no Estado do Ceará.

92/20 📀

Dispõe sobre a criação da delegacia especializada de combate à crimes cibernéticos.

Aprovado

<mark>96/20</mark> 🔮

Dispõe sobre a criação da delegacia especializada de combate à intolerência religiosa.

Aprovado

<mark>26/21</mark> 🔇

Institui o Programa de Renda Básica no âmbito do Estado do Ceará.

Aprovado

130/21

Inclui pessoas gestantes ou puérperas como grupo

prioritário, na fase 1, do programa emergencial de vacinação para o combate e erradicação do vírus da covid-19 no Estado do Ceará.

Rejeitado

298/2021

Modifica o art. 9º-C, §1º, da Lei nº 12.670/96, que dispõe acerca do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal (ICMS), na forma que indica.

Em tramitação

304/2021

Institui a Comissão Intersetorial de Mediação de Conflitos Fundiários e Urbanos do Ceará.

Em tramitação

<mark>368/2021</mark> 🕢

Institui a Gratificação de Desempenho de Atividades de Vigilância Sanitária - GDAVS.

Aprovado

434/2021

Dispõe sobre a concessão de adicional de insalubridade em grau máximo para os servidores públicos estaduais que exerceram atividades presenciais durante a pandemia de sars-cov-2 sem possibilidade de opção pelo trabalho remoto. Em tramitação

58/2022

Alterações o organograma da Semace. Em tramitação

Projetos de Resolução

06/2019

Instituição de critérios técnicos para escolha dos conselheiros do TCE. Rejeitado

03/21

Dispõe sobre a criação de memorial, na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, em homenagem aos servidores vítimas do novo coronavírus. Em tramitação

06/21

Institui a paridade de gênero na composição do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Em tramitação





viagens

Um compromisso muito forte do nosso mandato é a presença, o diálogo e o apoio às lutas dos diferentes territórios cearenses, em todas as regiões do Estado. As restrições decorrentes da pandemia fizeram com, em 2021, não pudéssemos realizar tantas viagens como geralmente fazemos a cada ano. Ainda assim, conseguimos dialogar com o Interior através de lives e encontros virtuais, além de realizar algumas viagens pontuais.

Agendas em 2021:

Amontada; Canindé; Caririaçu; Caucaia; Crateús; Crato; Fortim; Graça; Icó; Iguatu; Itapipoca; Jaguaribara; Juazeiro do Norte; Limoeiro do Norte; Maracanaú; Milagres; Novo Oriente; Pacatuba; Potengi; Quiterianópolis; Quixadá; Quixeramobim; Senador Pompeu; Sobral e Tabuleiro do Norte.







Acima, plenária do PSOL em Crateús; abaixo, premiação durante sessão itinerante da Assembleia em Novo Oriente (dezembro). Ao lado, feira do MST em Limoeiro do Norte (novembro).



transparência

Um deputado tem direito à verba de gabinete ou de assessoria, para contratar assessores, e também à verba de desempenho parlamentar, para o custeio de

despesas com o exercício do mandato como impressão de materiais gráficos diversos, transporte, telefone, internet, alimentação.

VERBA DE DESEMPENHO PARLAMENTAR - VDP

Mês	VDP (R\$)	Valor gasto (R\$)	Saldo do mês	Economia realizada
Janeiro	31.559,93	9.101,37	22.458,56	22.458,56
Fevereiro	31.559,93	9.007,68	22.552,25	45.010,81
Março	31.559,93	9.900,50	21.659,43	66.670,24
Abril	31.559,93	11.705,88	19.854,05	86.524,29
Maio	31.559,93	8.486,06	23.073,87	109.598,16
Junho	31.559,93	8.152,27	23.407,66	133.005,82
Julho	31.559,93	8.035,26	23.524,67	156.530,49
Agosto	31.559,93	31.370,64	189,29	156.719,78
Setembro	31.559,93	14.416,62	17.143,31	173.863,09
Outubro	31.559,93	21.727,73	9.832,20	183.695,29
Novembro	31.559,93	25.288,62	6.271,31	189.966,60
Dezembro	31.559,93	55.438,28	- 17.212,70	172.753,90

A transparência plena e o cuidado no uso desses recursos são uma das marcas da nossa atuação parlamentar. Tanto que, em nossos primeiro mandato (2015-2018), economizamos quase meio mi-

lhão de reais dos recursos a que tínhamos direito, saldo que volta ao Tesouro Estadual. Nesse segundo mandato, continuamos sendo um dos mandatos que menos gastam.

VERBA DE ASSESSORIA

Mês	Verba de assessoria (R\$)	Valor gasto (R\$)	Número de assessores	Média salarial (R\$)	Economia (R\$)
Janeiro	91.756,69	86.837,00	22	3.947,14	4.919,69
Fevereiro	91.756,69	83.153,00	23	3.615,35	8.603,69
Março	91.756,69	85.320,00	24	3.555,00	6.436,69
Abril	91.756,69	85.320,00	24	3.555,00	6.436,69
Maio	91.756,69	87.647,00	25	3.505,88	4.109,69
Junho	91.756,69	87.647,00	25	3.505,88	4.109,69
Julho	91.756,69	87.647,00	25	3.505,88	4.109,69
Agosto	91.756,69	91.588,00	25	3.663,52	168,69
Setembro	91.756,69	91.588,00	25	3.663,52	168,69
Outubro	91.756,69	89.068,00	25	3.562,72	2.688,69
Novembro	91.756,69	89.068,00	25	3.562,72	2.688,69
Dezembro	91.756,69	85.758,00	24	3.573,25	5.998,69

é tempo de resistência

DEPUTADO ESTADUAL RENATO ROSENO - PSOL

Afrânio Castelo

Coord. de Articulação Política

Alana Soares

Ass. de Comunicação

Angeline Carolino

Ass. Administrativa

Cecília Feitoza

Ass. de Articulação Política

Daniela Silva

Ass. de Movimentos Sociais

Elizandro Anjos

Ass. de Comunicação

Érica Pontes

Ass. de Meio Ambiente

Evelyn Barreto

Ass. de Comunicação

Felipe Araújo

Ass. de Comunicação

Higor Rodrigues

Ass. Jurídica

Hugo Dantas

Ass. Jurídica

Jéssica Rebouças

Ass. de Movimentos Sociais

José Filho

Motorista

Leila Paiva

Coord. de Gabinete

Lia Bezerra

Ass. Jurídica

Lucas Costa

Ass. de Movimentos Sociais

Lucimar Rocha

Secretária

Margarida Marques

Ass. de Direitos Humanos

Marcel Cabral

Ass. de Movimentos Sociais

Mariana Tamas

Ass. de Comunicação

Moesio Mota

Ass. de Articulação Política

Monica dos Santos

Ass. de Movimentos Sociais

Naira Filgueira

Ass. Administrativa

Nildo Dantas

Motorista

Paulo Giovani

Ass. Regional



- www.renatoroseno.com.br
- (f) /RenatoRoseno50
- (a) @renatoroseno
- www.telegram.me/renatoroseno
- @ @renatoroseno
- x contato@renatoroseno.com.br
- **(**9 (85) 99864.5050 // (85) 3277.2792
- Av. Desembagador Moreira, 2807
 Gabinete 314
 Dionísio Torres | 60.170-900
 Fortaleza/CE